

## A GOVERNANÇA DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: A PERSPECTIVA DA SECRETARIA DO STRICTO SENSU

*Silvia Adriana da Silva Soares*

*Tamara Cecília Karawejczyk Telles*

*Hildegard Susana Jung*

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretendeu evidenciar a gestão dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, sob a perspectiva e atuação das/os secretárias/os que trabalham nos Programas de Pós-graduação na área da Educação, no Brasil, dando ênfase às atividades que envolvem a gestão a partir da implantação da Plataforma Sucupira, como ferramenta fundamental para a divulgação dos indicadores necessários para a avaliação dos PPGs regulados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. A Plataforma Sucupira é o principal instrumento das Instituições de Ensino Superior (IES) para gestão e avaliação desse setor. Nela são inseridas informações e dados referentes aos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* e que, ao final de quatro anos, sustentam as análises do processo avaliativo realizado pela comunidade acadêmica brasileira, coordenada pela Capes.

As IES são indispensáveis para a sociedade, uma vez que são responsáveis pela formação de profissionais capacitados para as atividades que exigem formação em nível superior e os PPGs, dentro dessas IES, são responsáveis pela habilitação de pesquisadores e profissionais com titulação de mestre ou doutor para conduzir a pesquisa científica concebida no país, bem como, para formar o corpo docente do Ensino Superior. Portanto, para se manterem atualizadas, estas instituições estão incessantemente buscando soluções inovadoras, para agilizar os seus processos e práticas de gestão. É nesse contexto complexo que atuam as/os secretárias/os dos PPGs.

Sendo assim, a Secretária de um Programa de Pós-Graduação detém papel estratégico no que concerne à assessoria das coordenações, dos corpos docente e discente, no que se refere às dimensões pedagógica e administrativa. Consequentemente, o profissional que atua neste setor constitui-se como gestor, e sob esta perspectiva, necessita dominar um conjunto de conhecimentos, técnicas e metodologias capazes de proporcionar uma gestão de qualidade. Desta forma, as/os Secretárias/os da Pós-Graduação, necessitam ter um perfil empreendedor com competências que lhes possibilitem agir e tomar decisões em um contexto sob contínuas transformações, inovações e tensões decorrentes do processo permanente de avaliação da Pós-Graduação.

Diante do que foi exposto, o objetivo deste artigo é relatar a experiência da gestão da pós-graduação sob perspectiva da secretaria da Pós-graduação *stricto sensu*.

### 2 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 2.1 Governança Universitária e o Papel da Secretaria

Para Colossi (1999) as universidades são organizações com características complexas, intensas, cheias de singularidades, diferenciando-as das demais organizações. A pluralidade de objetivos, assim como a qualidade dos profissionais que nelas trabalham e a dependência entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fazem com que as universidades desenvolvam “um estilo próprio de estrutura, forma de agir e modo de tomar decisão, influenciando,

assim, no processo decisório” (GESSER, *et al.*, 2021, p. 8).

Gesser *et al.* (2021, p. 8) destaca que a “gestão aplicada às universidades se tornou um recurso de grande valor para essas instituições, visto que, assim como ocorre em outras organizações públicas e privadas, a tomada de decisão é ato contínuo e de alta relevância”, por abranger ou sensibilizar múltiplos “atores, tanto do ambiente interno quanto externo” (p. 9).

A governança universitária para Wandercil, *et al.* (2021, p. 3) “[...] está relacionada aos atores que detêm e exercem poder de decisão no contexto das universidades”. Segundo Brunner (2011), sabe-se das peculiaridades de uma universidade e que este processo é complexo, mas essencial. Discorrendo sobre tipologias, conceituação e a predisposição da governança universitária, este fenômeno relata a forma com que as universidades se organizam e trabalham internamente, bem como as suas relações com instituições externas, com pretensão de proporcionar os propósitos do ensino superior, para melhoria dos múltiplos conceitos que abrangem a tomada de decisão. De acordo com Brunner (2011) a governança universitária está correlacionada com o conhecimento de disposição das universidades a mudanças contínuas do contexto onde estão inseridas, e as suas transformações estruturais.

De acordo com Menegat e Colossi (2009, p. 80) no cenário das organizações gestão, planejamento e estratégia são conclusões efetivadas, independente do enfoque a ser analisado, os termos “refletem a marca humana dessas variáveis”. Os autores referem “que gestão, planejamento e estratégia são atividades emergentes da racionalidade do homem na busca de seus objetivos”. Desta forma, as pessoas com seus valores e suas capacidades estabelecem o que vem sendo chamado “de capital humano, o qual assume alta relevância na esfera organizacional em geral e, particularmente, nas instituições de ensino superior” (MENEGAT; COLOSSI, 2009, p. 80).

Assim, o capital humano é o capital de pessoas, de capacidades e de competências. “A competência de uma pessoa envolve a capacidade de agir em diversas situações, tanto para criar ativos tangíveis como intangíveis. Não basta ter pessoas” (CHIAVENATO, 2006, p. 53). É necessária a utilização de uma plataforma como base, para estimular o uso de talentos já existentes. O talento e a competência das pessoas constituíram o capital humano, portanto, a empresa será constituída com as pessoas que nela trabalham e estas são parte fundamental para o seu sucesso. O capital humano valerá mais ou menos, “na medida em que contenha talentos e competências capazes de agregar valor à organização e torná-la mais ágil e competitiva”. O capital humano terá mais significado na dimensão em que for capaz de exercer influência no destino e nas ações da organização (CHIAVENATO, 2006, p. 85).

## 2.2 A Pós-graduação *Stricto Sensu* no Brasil

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi instituída em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741. No início do segundo mandato do governo Vargas, retomou-se o desenvolvimento da nação através da industrialização que, por sua vez, aumentou a complexidade da administração pública vindo à tona a urgência “[...] de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividades: de cientistas qualificados em física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais” (CAPES, 2014, s/p). O Ministro da Educação designou Anísio Teixeira para organizar a CAPES, o qual se tornou o primeiro presidente, de 1951 a 1964. No confuso contexto do golpe militar, surge o Parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação, de autoria do Conselheiro Newton Sucupira (SUCUPIRA, 2005). Este parecer fixou conceitos e critérios para a classificação dos cursos de pós-graduação no Brasil, com base nos quais a CAPES fez um levantamento reunindo informações de 157 instituições, que resultou na presença de 286 cursos de aperfeiçoamento e especialização, e 96 cursos de pós-graduação dos quais 22 eram de doutorado, 67 de mestrado e 7 de características que não se enquadraram nos critérios estabelecidos para verificação (GUTERRES, 2002, s/p.).

Depois deste primeiro levantamento se inicia o processo de avaliação da Pós-Graduação no Brasil. Assim, conforme Cury, o Parecer Sucupira “passou a conceituar e normatizar os cursos de pós-graduação no Brasil” (2005, p. 10). São critérios básicos utilizados até hoje, razão pela qual a CAPES deu o nome de Plataforma Sucupira ao aplicativo “Coleta de Dados” que reúne e processa os dados da avaliação da pós-graduação. Ainda de acordo com Sucupira, os interesses práticos e imediatos perpassam a pós-graduação e ambicionam proporcionar, “dentro da universidade, o ambiente e os recursos adequados para que se realize a livre investigação científica e onde possa afirmar-se a gratuidade criadora das mais altas formas da cultura universitária” (2005, p. 164). Para Sucupira, a regulamentação da pós-graduação no Brasil é necessária por três motivos essenciais, que de imediato exigem a instituição de “um sistema de cursos pós-graduados: 1) formar professorado competente que possa atender a expansão quantitativa do nosso ensino superior”, elevando o nível de qualidades; 2) incentivar “o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores”; 3) proporcionar “o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional de todos os setores (2005, p. 165).

As definições do Parecer Sucupira de 1965 continuam vigentes, ocorrendo uma breve descontinuidade, em 15 de março de 1990, quando o governo Collor desfez a Capes através da Medida Provisória nº 150. Diante deste fato, as pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação das universidades se mobilizaram em apoio ao Ministério da Educação e em 12 de abril de 1990 a Capes é reconstituída pela Lei nº 8.028. Dentre outras atividades, é responsabilidade da Capes realizar a avaliação da pós-graduação *stricto sensu*. Este sistema de avaliação está em contínuo aperfeiçoamento e “serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais” e os resultados desta avaliação são utilizados para formulação e reformulação das “políticas para a área de pós-graduação” (CAPES, 2014, s/p).

Em 2014, o aplicativo Coleta evoluiu para a Plataforma Sucupira. O Fórum de Secretárias/os de PPGs em Educação da Região Sul, foi criado em 1998, justamente para fomentar a troca de experiências sobre o preenchimento do relatório Coleta e o Fórum Nacional de Secretárias/os de PPGs foi criado em 2015, para que essa troca de experiências pudesse se dar a nível nacional. Na atualidade além desta troca de experiências os Fóruns têm por objetivo discutir questões relativas ao trabalho nas secretarias dos PPGs, bem como, dar suporte para o contínuo aperfeiçoamento das nossas ações nos Programas ( ).

A Plataforma Sucupira supõe a participação direta de cada integrante dos PPG's no processo de avaliação da pós-graduação. A responsabilidade pelo preenchimento do relatório na Plataforma é pessoal de cada docente e discente dos PPGs, quando este preenche seu Currículo Lattes. A coerência e a organicidade entre a produção acadêmica individual dos docentes, das linhas de pesquisa do PPG e dos discentes é responsabilidade do Colegiado, representada pela Coordenação. Entretanto, na prática, as/os secretárias/os dos PPGs compartilham dessa responsabilidade quando: verificam se os registros acadêmicos e curriculares de discentes e docentes estão lançados apropriadamente nos Lattes individuais; lançam ou informam os Coordenadores sobre registros acadêmicos; lançam ou informam os registros de participantes externos; monitoram os relatos quanto a convênios internacionais ou nacionais, dentro outros controles. Na rotina da vida dos PPGs, a Coordenação é passageira, visto que, é eleita pelo Colegiado ou indicada pela Pró-reitoria Acadêmica e, conforme costume da área, exerce mandato de dois anos, agora por causa do quadriênio, por quatro anos. Assim, as/os secretárias/os formam um quadro permanente entre os quadriênios das avaliações.

Quiçá, com melhores condições que a Coordenação, a/o Secretária/o conquiste expertise na gestão das informações administrativas para o Coleta. Portanto, parece que o *modus operandi* dos PPGs é que a/o Secretária/o realize na Plataforma Sucupira a inserção de informações relacionadas aos dados cadastrais do PPG, os projetos

de pesquisa e seus financiadores, os discentes (bolsistas, disciplinas, registro de defesas, cadastro de avaliadores externos, turmas, divulgação das teses e dissertações), vinculações entre Linhas de Pesquisa, projetos de pesquisa e produções. Em compensação, a Coordenação, juntamente com o Colegiado, articula os textos da Proposta do Programa que serão analisados, tomando como alicerce a produção intelectual, vinculada às Linhas de Pesquisa e à inserção acadêmica e social que o PPG viabiliza de forma coletiva.

A avaliação do PPG resultará na qualidade e na exatidão de informações inseridas nos campos mais pertinentes do aplicativo. Anteriormente a mesma informação poderia ser inserida em um ou mais dos vários campos do aplicativo à escolha da Secretaria, e essa escolha, poderia gerar associações diferentes podendo aumentar ou reduzir a relevância dos dados. A partir das informações inseridas no Coleta de Dados Capes, gerava-se automaticamente o relatório que era entregue aos avaliadores como única fonte para redigir os pareceres indicativos da nota do Programa. Os dados a serem inseridos na Plataforma Sucupira são os mesmos do Coleta de Dados, a principal mudança é que “a inserção de informações pelos programas de pós-graduação (PPGs) passa a ser contínua e *online*”. As informações poderão ser inseridas na Plataforma a qualquer momento, assim que alguma situação é concretizada (por ex. a matrícula ou titulação de um aluno, o cadastramento de uma produção intelectual, o ingresso de um docente) (CAPES, 2014, s/p.) A Plataforma Sucupira a cada ano que passa se aperfeiçoa, melhorando a coleta de dados e fazendo cruzamentos das informações.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada caracterizou-se com um levantamento tipo *survey* exploratório-descritivo, também com um levantamento bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa e quantitativa, dando enfoque maior a gestão dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, dando um destaque maior às demandas que abrangem a gestão sob perspectiva das/dos secretárias/os, a partir da implantação da Plataforma Sucupira. A metodologia empregada considera a circunstância de que o levantamento de dados é do tipo *survey* exploratória-descritiva, que é atribuída durante as etapas que antecedem o estudo de um fenômeno, do qual o objetivo é instigar a compreensão sobre um tema e oferecer “bases para uma pesquisa mais aprofundada ou quando normalmente não existem modelos e nem conceitos a serem medidos em relação ao fenômeno de interesse, como melhor medi-lo ou como descobrir novas facetas do fenômeno em estudo” (ANDRIETTA; MIGUEL, 2007, p. 207).

A pesquisa *survey* investiga a obtenção de dados e informações sobre “características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário” (FREITAS et. al., 2000, p. 105). Gil (2008, p. 50) considera que a pesquisa bibliográfica é aquela que é “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, teses e dissertações.

De acordo com Creswell (2010, p. 238) com a utilização das abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa, “[...] pode-se obter mais insights com a combinação das pesquisas qualitativas e quantitativas”. Sua utilização combinada fornece uma compreensão maior dos problemas de pesquisa.

O campo empírico da pesquisa foi formado por 184 secretárias/os que trabalhavam nos PPG's em educação, no Brasil, em fevereiro de 2019, de acordo com informações tiradas da Plataforma Sucupira.

O instrumento para coleta de dados utilizado foi um questionário elaborado no *google docs*, compreendendo 13 questões fechadas referentes à caracterização dos sujeitos respondentes e 8 questões abertas, sobre o tema específico do estudo, porém para este artigo fizemos um recorte do questionário debruçando-se as questões:

“Considerando os quesitos da Plataforma Sucupira e os critérios de Avaliação da CAPES, quais os conhecimentos que você acha mais importante para a Secretaria cooperar para uma boa avaliação do PPG?; Se ficou faltando alguma atividade que realiza e não consta na relação anterior, favor descrevê-la O questionário foi inserido no *Google Forms* e, através deste aplicativo, foi enviado por e-mail, para as 184 Secretárias/os. Os e-mails institucionais dos PPGs também foram obtidos na Plataforma Sucupira em Cursos Reconhecidos.

A utilização de questionários on-line usando o *Google Forms* como uma Ferramenta Assíncrona de Comunicação (FAC) vem ampliando-se, na área da Educação. Dias e Eisenberg (2019, p. 188) acreditam que a utilização da FAC se estabelece como “uma opção metodológica necessária na construção de dados para determinados tipos de pesquisas que envolvem temas delicados e de difícil abordagem” como é o caso desta pesquisa que envolve secretárias/os de todo o Brasil.

Foram feitas inferências para a análise dos dados, a partir das diferentes respostas dadas ao questionário e os dados estatísticos foram adequadamente resumidos, e apresentados em forma de tabelas, quadros e gráficos, o que nos permitiu “observar determinados aspectos relevantes e começaremos a delinear hipóteses a respeito da estrutura do fenômeno estudado” (BARBETTA, 2006, p. 69).

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Do total de 184 Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, 85 secretárias/os responderam ao questionário de pesquisa, isso corresponde a 46% dos PPGs em Educação do país. Ao envolver praticamente a metade das secretárias/os existentes, essa amostra é representativa.

Para a análise da questão: “Considerando os quesitos da Plataforma Sucupira e os critérios de Avaliação da CAPES, quais os conhecimentos que você acha mais importante para a Secretaria cooperar para uma boa avaliação do PPG?” e para conseguir determinar o valor de importância das respostas utilizou-se a pontuação atribuída aos números, onde os valores menores que 3 não são relevantes, o 3 podemos dizer que é pouco relevante, o valor 4 é relevante e o valor 5 é muito relevante. Para tanto, realizou-se um tratamento quantitativo para constituir o *Ranking* Médio (RM) utilizando a escala de Likert de 5 pontos, para delimitar o grau de relevância para a contribuição de uma boa avaliação do PPG. (BARBOSA; CAMPANHOL, 2006)

Ao contemplar o RM das respostas, infere-se que as médias abaixo de 3 significam que os Conhecimentos não são importantes considerando os quesitos da Plataforma Sucupira e os critérios de Avaliação da CAPES, para contribuição de uma boa avaliação do PPG, na perspectiva das/os secretárias/os. Com nota acima de 3, significa que é relevante para contribuir para a avaliação da CAPES, são elas: Conhecimento a partir de intercâmbio nacional e internacional com outras IES (3,5); Conhecimento de Logística e Domínio de Legislação (3,1) e Conhecimento de Design (3,4). Os demais conhecimentos tiveram nota superior a 4, que indica que é muito relevante, significa que são atividades realizadas pelas/os secretárias/os que contribuem muito para a Avaliação da CAPES, quais são: Resoluções e Portarias (4,1); Noções Gerais de Secretaria (4,2); Conhecimento de Relações Humanas (4,3); Conhecimento da Plataforma Lattes (4,4); Conhecimento de Gestão Acadêmica e Domínio de Informática (4,6); Domínio da Língua Portuguesa e Conhecimento da Plataforma Sucupira (4,7). Estes dois últimos quesitos, com nota (4,7), são as atividades mais importantes e contribuem mais para que o Programa tenha uma boa avaliação da CAPES. Este resultado demonstra a preocupação com a escrita, quando a/o secretária/o redige documentos e a preocupação em conhecer a Plataforma Sucupira, porque em muitos Programas são as/os secretárias/os que fazem o preenchimento deste item, considerando o mais importante para a avaliação do *stricto sensu* perante a CAPES.

Outra questão importante foi a relação de 27 atividades realizadas por mim dentro da secretaria em que atuo e a questão seguinte perguntava: Se ficou faltando alguma atividade que realiza e não consta na relação anterior, favor descrevê-la: Foram relacionadas mais 35 atividades realizadas pelas/os secretárias/os, além das 27 atividades realizadas por mim. Assim, é possível inferir que as/os secretárias/os relacionaram mais de 60 diferentes atividades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da questão respondida pelas/os secretárias/os: Considerando os quesitos da Plataforma Sucupira e os critérios de Avaliação da CAPES, quais os conhecimentos que você acha mais importante para a Secretaria cooperar para uma boa avaliação do PPG? A gestão maior na perspectiva das/os secretárias/os dos Programas de Pós-graduação stricto sensu é feita através da Plataforma Sucupira, por isso destaco que entre todas as atividades listadas as mais relevantes, com média 4,7 foi o Domínio da Língua Portuguesa, que garante uma boa redação em documentos importantes e o Conhecimento em si da Plataforma Sucupira, que vai garantir o preenchimento correto dos dados do Programa. Sendo assim, na opinião das secretárias estas demandas bem desenvolvidas podem contribuir para que o Programa tenha uma boa avaliação perante a Capes.

A pesquisa também identificou algumas demandas administrativas e pedagógicas que estão sob a responsabilidade das secretarias dos PPGs em educação, como informado foram mapeadas 60 diferentes atividades desenvolvidas pelas/os secretárias/os. Não foi possível, no entanto, analisar esse mapa com detalhes capazes de dimensionar como esta diversidade laboral incide no processo de avaliação da CAPES. Esse estudo inicial foi capaz de, pelo menos, estabelecer algumas aproximações e distanciamentos entre as concepções das secretárias e os pressupostos teóricos que contribuem para a gestão da pós-graduação stricto sensu. Através da pesquisa foi possível verificar que as/os secretárias/os são profissionais multitarefas quando se trata da realização das suas atividades dentro das secretarias dos PPGs.

## REFERÊNCIAS

- ANDRIETTA, J. M; MIGUEL, P. A. C. Aplicação do programa Seis Sigma no Brasil: resultados de um levantamento tipo survey exploratório-descritivo e perspectivas para pesquisas futuras. **Gestão & Produção**, v. 14, n. 1, p. 203-219, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/gp/a/k3xjzjrmCJ4s6ssDNLGvyMR/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 4 mai. 2022.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5. ed., rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.
- BRUNNER, J. J. Gobernanza universitaria: tipología, dinámicas y tendencias. **Revista de Educación**, v. 355, v. 355, p. 137-159, 2011. Disponível em: <<https://redined.educacion.gob.es/xmlui/handle/11162/81461>>. Acesso em 4 mai. 2022.
- CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- COLOSSI, N. Controle da gestão na universidade: algumas considerações. In: Encuentro Regional Noa Sobre Evaluación De La Educación Superior, 1999, San Miguel de Tucumán. **Anais [...]** Universidad Nacional de Tucumán. San Miguel de Tucumán, Argentina, 1999.

Coordenação De Aperfeiçoamento De Nível Superior - CAPES. **Educação Documento de Área e Comissão**. 2014. Disponível em: <<http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/documento-de-area-e-comissao>>. Acesso em: 04 maio 2014.

Coordenação De Aperfeiçoamento De Nível Superior – CAPES. **Documento de área – Educação**. 2016. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos\\_de\\_area\\_2017/Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 04 nov. 2019.

Coordenação De Aperfeiçoamento De Nível Superior - CAPES. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017**. Educação. 2017. Disponível em: <[http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios\\_quadrienal\\_2017/20122017-Educacao\\_relatorio-de-avaliacao-quadrienal-2017\\_final.pdf](http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017-Educacao_relatorio-de-avaliacao-quadrienal-2017_final.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2019.

Coordenação De Aperfeiçoamento De Nível Superior - CAPES. **Cursos Avaliados e Reconhecidos. 2018**. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoLes.jsf?areaAvaliacao=38&areaConhecimento=70800006>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 30, p. 7-20, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VSnWgN8xMgjTc3VR534PSGN/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 14 fev. 2019

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIAS, W. T.; EISENBERG, Z. A web como ferramenta investigativa em pesquisa sobre o plágio acadêmico. **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 42, p. 185-202, 2019. Disponível em: <<http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/download/2051/47965481>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCO, A. Z.; MOSCAROLA, J. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, v. 35, n. 3, p. 105-112, 2000. Disponível em: <[http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1138\\_1861\\_freitashenriquerausp.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1138_1861_freitashenriquerausp.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUTERRES, C. R. J. A Faculdade Interamericana de Educação. Cadernos de Educação Especial/Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação/ Departamento de Educação Especial/Laboratório de Pesquisa e Documentação – **LAPEDOC**, v. 1, n. 19, p. 95-113, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5139>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

GESSER, G. A. Governança universitária: um panorama dos estudos científicos desenvolvidos sobre a governança em instituições de educação superior brasileiras. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 01, p. 5-23, mar. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/dHSCFkhscTBnXtYzv59KBgD/>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

MENEGAT, J.; COLOSSI, N. Gestão do capital humano em Instituições de Ensino Superior. **Diálogo**, Canoas, RS, v. 1, n. 15, p. 73-88, 2009. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/133>>. Acesso em 13 mar. 2019.

SUCUPIRA, N. (Relator). Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 30, p. 162-173, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a14n30.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

WANDERCIL, M.; CALDERÓN, A.; GANGA-CONTRERAS, F. A. Governança universitária e rankings acadêmicos à luz da literatura acadêmica brasileira. **Roteiro**, Joaçaba, v. 46, n. 1, p. e22391-e22391, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/22391>>. Acesso e 12 mar. 2019.